

**O ESPAÇO DO CAMPO CURRICULAR NOS CURSOS DE PEDAGOGIA DE
INSTITUIÇÕES PRIVADAS NO DF: REFLEXÕES CRÍTICAS**

***EL ESPACIO DEL CAMPO CURRICULAR EN LOS CURSOS DE PEDAGOGÍA DE
INSTITUCIONES PRIVADAS EN EL DISTRITO FEDERAL: REFLEXIONES
CRÍTICAS***

***THE SPACE OF THE CURRICULAR FIELD IN THE PEDAGOGY COURSES OF
PRIVATE INSTITUTIONS IN THE FEDERAL DISTRICT: CRITICAL REFLECTIONS***



Francisco Thiago SILVA¹
e-mail: francisco.thiago@unb.br



Afonso Wesceley de Medeiros SANTOS²
e-mail: afonsowmedeiros@gmail.com



Daniela Pereira dos SANTOS³
e-mail: dapedosa@gmail.com



Mara Rúbia Rodrigues da CRUZ⁴
e-mail: marabsbrubia@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

SILVA, F. T.; SANTOS, A. W. de M.; SANTOS, D. P. dos; CRUZ, M. R. R. O espaço do campo curricular nos cursos de pedagogia de instituições privadas do DF: Reflexões críticas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023157, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18140>



Submetido em: 08/06/2023
Revisões requeridas em: 23/06/2023
Aprovado em: 30/07/2023
Publicado em: 27/12/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF – Brasil. Professor adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação (MTC/UnB). Pós-doutorado em Educação (UFT).

² Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), Brasília – DF – Brasil. Professor. Mestrado profissional em Educação (UnB).

³ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), Brasília – DF – Brasil. Professora. Mestrado profissional em Educação (UnB).

⁴ Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), Brasília – DF – Brasil. Professora. Mestrado profissional em Educação (UnB).

RESUMO: O presente artigo tem por questão principal analisar o espaço ocupado, ou não, pelo campo curricular nas prescrições curriculares dos cursos de Pedagogia de Instituições de Ensino Superior privadas situadas no Distrito Federal, com notas elevadas no sistema E-MEC. A metodologia empregada foi: a) “estado da arte” acerca da situação da temática em bancos de dados no período de 2015-2022 e b) análise documental das prescrições legais. Preliminarmente, apontamos os seguintes resultados: a) existe uma ausência de pesquisas sobre o lugar do currículo na formação inicial de pedagogos/as; b) as reformas educacionais nacionais recentes apontam para um enfraquecimento e um esvaziamento teóricos nos cursos de Pedagogia; c) os estudos curriculares estiveram presentes nos documentos de dez cursos, pesquisados, com status de componente curricular obrigatório; e d) nos PPC’S da maioria das instituições, os estudos de currículo não expressam uma área independente.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Curriculares. Curso de Pedagogia. Formação. Distrito Federal.

RESUMEN: El tema principal de este artículo es analizar el espacio ocupado, o no, por el campo curricular en las prescripciones curriculares de los cursos de Pedagogía de las Instituciones privadas de Educación Superior ubicadas en el Distrito Federal, con altas calificaciones en el sistema E-MEC. La metodología utilizada fue: a) "estado del arte" sobre la situación del tema en bases de datos en el período 2015-2022 y b) análisis documental de las prescripciones legales. Preliminarmente señalamos los siguientes resultados: a) hay una ausencia de investigación sobre el lugar del currículo en la formación inicial de pedagogos; b) las recientes reformas educativas nacionales apuntan a un debilitamiento teórico y vaciamiento de los cursos de Pedagogía; c) los estudios curriculares estaban presentes en los documentos de diez cursos investigados, con el estatus de componente curricular obligatorio y d) en los PPC'S de la mayoría de las instituciones, los estudios curriculares no expresan un área independiente.

PALABRAS CLAVE: Estudios curriculares. Curso de Pedagogía. Formación. Distrito Federal.

ABSTRACT: The main issue of this article is to analyze the space occupied, or not, by the curricular field in the curricular prescriptions of the Pedagogy courses of private Higher Education Institutions located in the Federal District, with high grades in the E-MEC system. The methodology used was: a) "state of the art" about the situation of the theme in databases in the period 2015-2022 and b) documentary analysis of the legal prescriptions. Preliminarily we point out the following results: a) there is an absence of research on the place of the curriculum in the initial training of pedagogues; b) recent national educational reforms point to a theoretical weakening and emptying of Pedagogy courses; c) the curricular studies were present in the documents of ten courses, with the status of compulsory curricular component and d) in the PPC'S of most institutions, the curriculum studies do not express an independent area.

KEYWORDS: Curricular Studies. Pedagogy Course. Training. Federal District.

Situando o objeto de estudo

Não temos dúvidas de que o campo dos estudos curriculares se tem constituído um “território contestado” (SILVA; MOREIRA, 1995), cercado de ideologia e de poder (APPLE, 2006), disputado e povoado ainda por inúmeros atores sociais e políticos interessados em imprimir as suas marcas. Esse cenário tem gerado contradições e divergentes concepções de mundo, de educação e de sujeitos que se pretende formar.

Quando transpomos esse pressuposto para o campo da pedagogia, compreendida aqui como a “ciência da prática educativa” e completamente ligada ao campo do currículo (FRANCO, 2003) e, mais especificamente, levamos a indagação sobre se essas questões atinentes aos estudos do currículo estão chegando ao percurso da formação inicial dos/as futuros/as pedagogos e, mais ainda, em instituições privadas, estamos então diante de um cenário que nos desafia pensar de que maneira os espaços formativos locais estão, ou não, recepcionando as legislações curriculares nacionais e moldando os seus próprios currículos de forma a garantir, ou não, nos perfis de saída de seus/as estudantes, futuros docentes polivalentes, o acesso às teorias e aos fundamentos dos estudos curriculares.

Cumpramos ponderar que a nossa pesquisa se reduz a uma unidade da federação, ou seja, é um estudo local, de abordagem qualitativa, existindo, portanto, limites para generalizações. Para fundamentar nossa investigação, buscamos nos valer de consistentes procedimentos teóricos e metodológicos, sobretudo com aporte nas valiosas contribuições da visão curricular imanente da pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2012a). O objetivo da ancoragem nesse referencial é a expectativa de que nossas análises possam sinalizar, sob a luz de outros estudos, de alguns pesquisadores do campo e da legislação nacional vigente, caminhos que apontem para novas sínteses superadoras e transformadoras sobre o lugar reservado para o currículo da formação inicial de pedagogos/as, a partir da capital do país.

Com suporte principalmente nas ponderações de Gatti (2019) e Silva (2017), a opção pelo locus de instituições privadas decorre do desejo de investigarmos o quanto a “perversidade mercadológica”, conforme Freitas (2018) tem sobressaído sobre a qualidade formativa em Instituições de Ensino Superior (IES) seja pelo ranqueamento desses espaços formativos ou ainda pela pressão empresarial que paira sobre as mantenedoras em alargar o acesso, sem, as vezes atentar-se pela qualidade acadêmica. Acrescido a isso, justificamos a escolha desse cenário de pesquisa no Distrito Federal pelo fato de, especificamente no DF, a maioria dos/as docentes que atualmente ocupam espaços profissionais habilitados no curso de Pedagogia provirem de faculdades, institutos e centros universitários particulares. Após os devidos

recortes e critérios de escolha, que serão caracterizados na seção metodológica de análise de dados, chegamos ao número de 12 (doze) instituições/cursos investigados.

Dessa maneira, o nosso texto está organizado em três seções interligadas. Inicialmente, discorreremos de forma breve sobre o caráter científico da pedagogia. Em seguida, discutimos sobre os atuais impactos das políticas curriculares na formação inicial de pedagogos/as. Encerramos com a análise dos dados capturados da realidade, guiados pela pedagogia histórico-crítica, com vistas a analisar qual é o espaço ocupado, ou não, pelo campo curricular em cursos de Pedagogia.

Pedagogia como ciência da prática educativa

Cumprе destacar que a nossa ideia acerca da natureza epistemológica da pedagogia reside no fato do entendimento de que ela é a única ciência que tem por objeto central de estudo a prática educativa (FRANCO, 2003; LIBÂNEO, 2011; PIMENTA, 2011). Com isso, não estamos, em absoluto, desmerecendo a natureza interdisciplinar da própria área, que necessita das colaborações de outros campos, como a psicologia, a antropologia, a sociologia, a filosofia, a história, entre outras. Contudo, nenhuma dessas tem como preocupação principal as formas de ensinar e de aprender, bem como as noções de formação científica de profissionais da educação, os processos avaliativos didáticos e curriculares que formam o tripé do trabalho docente. Ou seja, com base nas próprias referências que nos sustentam, não restam dúvidas de que a pedagogia se traduz em uma ciência com pernas próprias e, por esse motivo, com objeto de estudo único.

Uma das ramificações da ciência educativa ou educacional, como alguns preferem nomear, ou ainda, ciências da educação, é a formação de profissionais para atuação nas carreiras do magistério em todos os níveis, etapas e modalidades. Em nosso país, os espaços legais reservados para essas formações têm sido, no princípio, os cursos de magistério (CRUZ, 2011) e os cursos de Pedagogia iniciados em 1939 (SAVIANI, 2012b).

Nas IES que ofertam esses cursos, e mais especificamente tomando o currículo desenvolvido por elas, é onde ocorre a maioria dos conflitos e disputas ideológicas a respeito de o que vem a ser conhecimento válido nos processos formativos. E, mais ainda, qual o perfil almejado, esperado e realmente materializado ao longo dos semestres com os/as futuros/as pedagogos.

Desde que a formação se elevou para o nível superior em larga escala, algumas questões conflituosas ganharam relevo, e muitas ainda permanecem sem a devida atenção. Outras ganharam ainda mais ramificações e como campo das ciências humanas, da pedagogia, da formação de profissionais da educação, ao menos em nosso entendimento, com base em autores das teorias críticas de educação, como Pucci (2007), e de currículo, como Apple (2006) e Young (2007).

Estamos nos referindo a temas como: a natureza de bacharel ou licenciado conferido ao curso (LIBÂNEO, 2011; PIMENTA, 2011; FRANCO, 2011; BRZEZINSKI, 2012); a duração e a densidade teórica da formação (MEDEIROS; ARAUJO; SANTOS *et al.*, 2022; SAVIANI, 2012b); as legislações e o excesso ou a ausência de teorias e/ou práticas pedagógicas (SILVA, 2017; GATTI, 2019); o conflito entre a didática geral e as específicas (LIBÂNEO, 2012) e, sobretudo, o objeto de estudo em destaque nesse texto, mas sob o enfoque das legislações nacionais (SILVA, 2022).

Temos consciência de que esse é um debate profícuo e que isso justifica, por si só, a consolidação do campo epistêmico da pedagogia e, portanto, a necessidade de produção de pesquisas que busquem aprimorar e preencher lacunas relativas às indagações e aos conflitos anteriormente mencionados. Por isso, antes de seguirmos para analisar os dados inventariados de nossa realidade, achamos pertinente situar, na contemporaneidade, de que maneira as políticas públicas atinentes à formação de pedagogos/as têm-se desdobrado nos currículos da formação inicial desses profissionais, baseados na ideia de que o campo curricular é organizado por todo um “sistema” (SACRISTÁN, 2000) marcado por inúmeros processos sociais, ligados ao tempo e aos espaços históricos, nos quais se situam os sujeitos e as instituições onde se planejam, executam e avaliam os currículos.

Políticas curriculares na formação inicial de pedagogos/as

As mudanças sociais pelas quais o Brasil passou, em especial as transformações ocorridas na década de 1990, trazem à tona a necessidade de inserir o currículo como protagonista das discussões. A aprovação da lei Nº. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é um dos exemplos que podemos suscitar. Os debates em torno da demanda em repensar as ações e práticas representou avanços e alguns retrocessos.

Os principais progressos fazem referência às normas criadas e estabelecidas em torno de toda a Educação Básica, inclusive tipificando os profissionais da educação e incluindo textos propositivos quanto à formação docente. Contudo, por outro lado, trouxeram entraves, pois

alguns dispositivos da lei necessitavam de regulamentos, à exemplo do Decreto Presidencial nº. 32.76/1999, que estabeleceu que a formação de professores para atuação nos Anos Iniciais e na Educação Infantil seria feita no extinto Curso Normal Superior, a ser ofertado nos Institutos Superiores de Educação, conforme previsto no art. 63 da atual LDB. O curso normal Superior, inclusive, trazia uma dimensão mais prática do que a teórica, fator de preocupação, pois nesse curso não havia como foco a pesquisa, formação de gestores, orientadores educacionais, tendo como resultado um enfraquecimento da formação holística do profissional da pedagogia (PIMENTA, 2011).

Nos últimos oito anos, a formação inicial dos(as) pedagogos(as) tem sido alterada de forma contundente por políticas curriculares, sobretudo, pela Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (essa com uma discussão mais ampla, democrática e próxima das entidades representativas dos colegiados profissionais das carreiras docentes), embora tenha sido revogada. E, posteriormente, pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação (BNC-Formação) (BRASIL, 2019).

As orientações contidas na BNC-Formação de 2019 têm gerado diversas polêmicas, como exemplos, podemos citar: um número reduzido de referenciais brasileiros na elaboração do documento; a percepção de uma formação baseada em competências e habilidades; a não manutenção de diretrizes, até então, vigentes, sendo necessárias adequações ao novo Parecer no período de 2 anos; a responsabilização do fracasso dos estudantes atrelada ao desempenho do professor; a BNCF como condição para a implementação eficiente da BNCC; a elaboração de um documento sem a ampla participação de pesquisadores e de formadores.

Segundo Rodrigues, Pereira e Mohr (2021, p. 34): “[...] estamos vivendo um período repleto de golpes e reformas indiretas e, no campo educacional, essas profundas alterações desencadeiam inúmeros retrocessos, principalmente, no que tange a educação pública como bem público”. O fato é que as políticas educacionais, em particular as curriculares, necessitam ser revistas em prol de uma mudança significativa no processo de formação inicial de pedagogos/as e da formação das demais licenciaturas.

Diante desse cenário, por meio de um breve “estado da arte” (SILVA; BORGES, 2018), buscamos analisar e mapear as pesquisas desenvolvidas sobre *Políticas Curriculares na Formação Inicial de Pedagogos(as)* no período de 2015 a 2022, pois nesse espaço temporal

foram promulgadas as Resoluções supracitadas. Assim, a definição desse período justifica-se por se tratar de um intervalo em que foram implementadas políticas curriculares que têm por objetivo a implantação de um currículo para a formação inicial de pedagogos(as).

Ademais, o esforço do governo federal dos últimos quatro anos, de inspiração da extrema-direita e sob um olhar empresarial (FREITAS, 2018), em alterar a dinâmica educacional com políticas, como a Escola sem Partido, o *Homeschooling*, a Militarização e o Novo Ensino Médio, reverbera direta ou indiretamente na formação dos pedagogos(as).

Inventariamos os dados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Repositório Institucional da UnB (RIUnB) e na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO Brasil), usando como termos indutores “Políticas Curriculares na Formação Inicial de Pedagogos(as)” e “Políticas Curriculares na Formação Inicial de Professores da Educação Básica”, com o intento de encontrarmos um maior número de pesquisa que contribuíssem com o nosso estudo.

Devido ao exíguo quantitativo de estudos relacionados, a busca foi refinada selecionando o assunto “currículo” e empregando a procura por “todos os campos”. A investigação foi realizada entre 23/03/2023 e 26/03/2023. Sobre esse procedimento metodológico, cumpre ainda destacar que o nosso cuidado e objetivo estão no fato de levar em consideração o estado de outros estudos já realizados sobre o tema em tela e, mais ainda, anunciar os avanços que pretendemos atingir com a nossa síntese.

No banco de dados da BDTD, foram encontrados 138 trabalhos, sendo 97 dissertações e 40 teses. Dos achados, apenas 3 se correlacionaram com a temática abordada. Optamos por esse banco pela sua abrangência em pesquisas. No banco de dados da RIUnB, foram detectados 10 estudos, entre livros, dissertações, teses e artigos, dos quais apenas 2 foram selecionados por coadunarem com o nosso estudo. Na *SciELO* Brasil, por sua vez, foram capturados apenas 3 artigos, dos quais apenas 1 tratava do assunto explorado.

Após a pesquisa, evidenciamos que nesse espaço temporal há um número reduzido de publicações sobre Políticas Curriculares na Formação Inicial de Pedagogos(as). E desses, poucos têm um olhar voltado para a temática abordada no texto.

A seguir, apresentaremos no Quadro 1 as dissertações, tese e artigos relacionados ao termo indutor, conforme a natureza do estudo, contendo: número, fonte, tipo, título, autoria, instituição e ano.

Quadro 1 – Dados gerais das pesquisas (BDTD)

Nº	Fonte	Tipo	Título	Autoria	Instituição	Ano
1.	BDTD	Dissertação	Relações entre o currículo vivido no curso de Pedagogia e o processo de construção da identidade do professor.	LEMOS, Nívea Roberta Moraes Barbosa	Universidade Federal de Pernambuco	2016
2.	BDTD	Dissertação	A repercussão da BNCC na cidade de Sorocaba-SP à luz das teorias pedagógicas.	FREITAS, Carlos Augusto Amaro de	Universidade Federal de São Carlos	2020
3.	BDTD	Dissertação	Implantação da Base Nacional Comum Curricular no país: disputas e mudanças no currículo da formação inicial de professores.	DINDO, Rodrigo Connor	Fundação Getúlio Vargas	2021
4.	RIUnB	Artigo	Projetos em disputa na definição das políticas da formação de professores para a Educação Básica.	SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva	Universidade de Brasília	2021
5.	RIUnB	Tese	Inquietudes e incertezas do ensino de Arte: Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental.	MARTINS, Margarida Helena Camurça	Universidade de Brasília	2021
6.	Scielo	Artigo	Ensinar História na Base Nacional Comum de Formação de Professores: <i>a atitude historiadora</i> convertendo-se em competências.	SANTOS, Maria Aparecida Lima dos	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2021

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos resultados obtidos nos bancos de dados

Por meio da leitura dos resumos no “estado da arte” pudemos incidir uma análise dos estudos, realizando considerações pertinentes ao nosso debate. Apresentaremos a seguir os resultados das investigações, pontuando as principais conclusões das pesquisas:

- Em estudos que apontam como as políticas de formação inicial de pedagogos(as), sobretudo a BNCF, notamos como elas têm alterado o curso da formação docente, ampliando o nosso olhar para o papel do currículo nessa formação;
- A formação do professor ocorre por meio das negociações entre sujeito e currículo (MACEDO, 2012). O processo da construção da identidade do professor ocorre a partir das relações entre os estudos teóricos da formação inicial, o curso de pedagogia, e a prática exercida no chão das escolas;

- O lugar cada vez mais incipiente, marginal ou nulo do currículo nessas instituições;
- A influência da BNCC nesse processo permeou muitas das elaborações curriculares, o que provocou a maioria das mudanças abruptas e fragmentadas ocorridas em função da implementação BNCF, desconsiderando os avanços educacionais já obtidos;
- Percebemos também a falta de clareza quanto a real intencionalidade dos documentos, bem como a desvalorização de alguns componentes curriculares e a intenção de treinar professores para o exercício de funções, anulando as dimensões formativa, política e histórica dos docentes.

Todavia nenhuma apontou o espaço ocupado, ou não, pelos estudos curriculares na formação inicial de pedagogos/as, motivação importante de nossa investigação.

O que os dados da realidade revelam: o espaço do campo curricular no currículo da Pedagogia

Justificamos a escolha por instituições de ensino superior privadas com base em estudos e pesquisas consolidadas, como as de Gatti (2019) e Silva (2017), quando nos trouxeram elementos reflexivos pertinentes sobre a necessidade constante de investigar e elaborar proposições sobre os espaços formativos dos/as pedagogos/as. Ambos comprovam, na dimensão nacional e local, no caso o DF, que os cursos de licenciatura em Pedagogia permanecem sendo a grande “mina de ouro” dos empresários do ensino, no cenário nacional e local, segundo dados do Censo da Educação Superior (2022) ocupa quase metade das vagas ofertadas (tanto na modalidade presencial, quanto na EAD). O perfil dos/as estudantes caracteriza-se como sendo, em grande maioria, de classes sociais mais baixas e, mais, o espaço futuro de atuação será as classes escolares. Esse dado é muito importante, por isso cuidar da formação inicial é tarefa primordial de todos que se preocupam com a qualidade da educação.

Assim, achamos pertinente elencar alguns dados atuais extraídos do Censo da Educação Superior e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, porque eles não deixam dúvidas sobre a centralidade da procura e da demanda pela pedagogia. Vejamos:

- O curso ocupa o primeiro lugar, são 816.314 matrículas nos últimos anos (49% do percentual total);
- Sobre as novas matrículas, somadas as modalidades presencial e EaD, chegam a 700 mil;

- Outro dado muito relevante é que, pela primeira vez, o curso de Pedagogia está em primeiro lugar, com 570.125 estudantes frequentando essa licenciatura totalmente à distância.

Ainda em 2019, Gatti, em um estudo de referência, já anunciava o quanto era preocupante essa oferta de cursos, principalmente feito no noturno, e em instituições privadas, quando mencionada a Pedagogia. Agora, além desses elementos, a oferta em EaD passa a ser outro fator de grande discussão, não porque é uma modalidade já consolidada no país e com experiências muito exitosas, como é o caso da Universidade Aberta do Brasil – UAB, mas porque a maioria das instituições e cursos ofertantes atualmente vem da iniciativa privada e as pesquisas, como essas que mostramos até então, têm revelado a qualidade duvidosa. Vale a pena refletir sobre o excerto, na íntegra, dessas reflexões:

Optou-se por cursos mais rápidos, ou programas de formação docente simplificados, apostou-se na modalidade EaD, sem forte regulação e monitoramento. No presente momento cabe refletir sobre este aspecto e aliar-se a perspectiva da qualidade à da quantidade, dado que não é mais momento de conviver com políticas docentes que privilegiam apenas a quantidade de formados para atender à crescente demanda por escola. É possível, mas também urgente, no contexto atual, qualificar melhor as formações docentes, seja a inicial nas graduações ou as continuadas para os professores em exercício [...] a evolução das matrículas no conjunto das licenciaturas demonstra um crescimento de proporções expressivas no decorrer deste século. Dentre os cursos de licenciatura os que mais têm crescido são os de pedagogia [...] Na segunda década o crescimento arrefece nitidamente, tanto no cômputo geral das licenciaturas, quanto nos cursos que preparam docentes para os anos iniciais da educação básica. Observa-se que a expansão das matrículas na licenciatura acontece, sobretudo, por meio da via privada [...] Em 2016, mais da metade dos alunos da pedagogia frequentam cursos EaD nas instituições privadas (52%). Note-se que, a formação oferecida aos professores dos anos iniciais da educação básica no decorrer dos anos 2000, feita predominantemente por intermédio de instituições privadas e pelo ensino a distância, está também, nos anos mais recentes, se expandindo nesses moldes em maiores proporções entre as licenciaturas das áreas específicas. O viés para oferta desses cursos na modalidade EaD é preocupante, pois as relações mais diretas com escolas, crianças e adolescentes, como recomendado pelo CNE, gestores e educadores, e, o acompanhamento de estágios, tomam-se, no mínimo, complicados. O impacto dessas novas abordagens nas redes de ensino precisa ser considerado (GATTI, 2019, p. 304-305).

Portanto, em nosso caso, pelas indagações a partir do currículo da formação inicial, faz-se necessário inventariar em que medida o próprio campo se faz, ou não, presente em instituições dessa natureza. Sobretudo, fizemos questão de demarcar aquelas que obtiveram um maior índice nos conceitos de curso, ainda que tais métricas avaliativas sejam passíveis de questionamentos, mas metodologicamente nos trazem um bom recorte.

A despeito das instituições elencadas, frisamos os seguintes aspectos antes de apresentá-las:

- Foram inseridos os critérios: curso de Pedagogia presencial (em atividade), na modalidade presencial com conceitos de curso 5 e 4. Já sublinhamos que apenas uma instituição, no caso o “Centro Universitário Estácio de Brasília”, obteve o conceito máximo. Por isso ampliamos o número de cursos pesquisados.
- No levantamento inicial, surgiram 17 (dezessete) instituições/cursos, porém foram excluídas, de imediato, as duas unidades da “Faculdade JK”, porque tiveram alguns impedimentos para o seu funcionamento, como problemas no FIES e PROUNI, que acarretam alguns prejuízos de funcionamento para o próprio curso.
- Das (15) quinze restantes, excluimos uma unidade do “Centro Universitário Projeção”, porque averiguamos que os Projetos Pedagógicos de Curso – PPC são semelhantes, tendo em vista que o PDI da instituição é o mesmo, o que diferencia é apenas a localização do *campus*/unidade.
- Situação semelhante fez-nos excluir do inventário restante, ou seja, (14) catorze, a Faculdade ICESP, tendo em vista que percebemos que havia se transformado em Centro Universitário. Portanto, o PPC desse último já nos atenderia.
- Verificamos, por fim, que as instituições UniBrasília Sul e UniBrasília se diferenciam apenas em razão de localização, ou seja, por terem *campi* distintos. Assim excluimos de nosso quadro a UniBrasília.
- Portanto, chegamos ao número de 12 (doze) instituições/cursos investigados, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 3 – Instituições Analisadas

Instituição	Sigla	Grau/ Curso	Modalidade	Vagas Anuais	Data Início
Centro Universitário do Distrito Federal	UDF	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	450	01/02/2010
Faculdade Anhanguera de Brasília	-	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	200	01/03/1999
Centro Universitário Projção	UniProjção	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	120	11/08/2014
Centro Universitário Estácio de Brasília- Estácio Brasília	Estácio Brasília	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	200	22/09/2004
Faculdade Uni Brasília Sul	Brasília	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	100	19/02/2018
Instituto Superior de Educação do CECAP	ISCECAP	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	200	26/12/2006
Centro Universitário ICESP	Unicesp	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	100	01/02/2000
Faculdade IBRA de Brasília	FABRAS	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	100	10/11/2014
Faculdade Apogeu	APOGEU	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	100	03/02/2014
Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos	UNICEPLAC	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	120	31/07/2017
Faculdade UniBrasília	Brasília	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	600	03/07/2019

Faculdade Horizonte	FACHORIZONTE	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	100	18/03/2013
Faculdade FASIPE DF	FACDF	Licenciatura em Pedagogia	Presencial	160	20/02/2019

Fonte: Retirado do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC

Análise

No que se refere à natureza acadêmica das Instituições (Universidade: responsável por fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão; Centro Universitário: normalmente possui cursos de duas áreas distintas do conhecimento, têm a capacidade maior que as Faculdades, mas é menor do que as universidades; Faculdade ou Instituto de Educação Superior: Segundo o MEC, são os espaços reduzidos de pesquisa e extensão, focados no ensino e, normalmente com ofertas de cursos de uma área específica do conhecimento), os 12 (doze) cursos estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 4 – As IES e a natureza acadêmica

Natureza acadêmica	Quantidade de Instituições	Quantidade em porcentagem
Universidade	0	0%
Centro Universitário	5	41,66%
Faculdade	6	50%
Instituto Superior de Educação	1	8,33%
Total	12	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Notamos que 6 (seis) instituições, ou seja, 50%, são classificadas como Faculdade; seguidas de 5 (cinco), sendo 41,66%, de Centros Universitários e um Instituto de Educação Superior, que representa 8,33% do total. Observamos ainda que 50% das instituições são classificadas como Centro Universitário ou Instituto Superior. Cabe lembrar que, de acordo

com as normas do MEC, essas instituições possuem autonomia para abertura de novos cursos, dado que também foi investigado por Silva (2017), porém, naquela ocasião, os Centros Universitários e Institutos de Educação Superior representavam 35,7%.

Das 12 (doze) IES, obteve-se 3 (três) PPCs na íntegra, incluindo-se o conjunto de ementário, relevante para a pesquisa. Desses documentos, 2 (dois) foram obtidos via *site*, 1 (um) foi enviado por e-mail após contato eletrônico e telefônico com as coordenadoras do curso.

As outras 9 (nove) instituições não permitiram acesso aos documentos na íntegra; 8 (oito) instituições não responderam ao contato e uma instituição respondeu por meio da atendente, que informou não ser possível disponibilizar PPC ou ementário: “Só é possível pra quem é aluno, e tem que abrir protocolo e tem custo”.

Diante da realidade encontrada, buscamos informações que pudessem atender a pesquisa nos *sites* das IES. Foi possível capturar apenas indicadores gerais, como: descrição do curso, áreas de atuação, perfil do egresso e o fluxograma /grade/matriz curricular.

A primeira análise será destinada aos PPCs das Instituições que disponibilizaram o documento na íntegra, a saber: Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Centro Universitário Projeção (UNIPROJEÇÃO), Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (UNICEPLAC).

As três instituições estão seguindo as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º julho de 2015 (BRASIL, 2015), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. E também a Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Após análise dos PPCs, percebeu-se que as três Instituições apresentam disciplinas com estudos relacionados com o campo do currículo. O quadro a seguir apresenta uma síntese do que foi encontrado na análise documental:

Quadro 5 – Análise das disciplinas nos PPCs

Instituição	Disciplina	Carga horária	Principais referências
UDF	Educação Infantil: currículo	60h	BNCC e referenciais curriculares para Educação Infantil.
	Escola, currículo e sociedade	60h	Miguel Arroyo, Antônio Flávio Moreira e Sacristán.
	Legislação da Educação Básica e políticas educacionais	80h	Miguel Arroyo, Tomás Tadeu da Silva e Sacristán.
UNIPROJEÇÃO	Currículo e diversidade cultural	80h	Antônio Flávio Moreira, Sacristán e Michael Apple.
UNICEPLAC	Currículo da Educação Básica	80h	Pablo Bes, Carlos Gustavo Lopes da Silva, Eliane de Godoi Teixeira Fernandes, Gilson Aparecido Castadelli, Patrícia Regina de Moraes Bertolucci Cardoso
	Currículo e Gestão de Projetos Educacionais	80h	Pablo Bes, Carlos Gustavo Lopes da Silva, Eliane de Godoi Teixeira Fernandes, Gilson Aparecido Castadelli, Patrícia Regina de Moraes Bertolucci Cardoso

Fonte: Elaborado pelos autores

Além da análise das disciplinas diretamente relacionadas ao currículo, observamos também a matriz na sua totalidade, buscando encontrar referenciais teóricos e bibliográficos que se aproximam da temática do currículo. Na UDF, por exemplo, foi encontrada a disciplina: “Legislação da Educação Básica e Políticas Educacionais”, que apresentou uma bibliografia voltada às questões curriculares. A ementa da disciplina apresentou como proposta o estudo da Legislação educacional, das políticas públicas e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Ensinos Fundamental, Médio, Profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Isso denota uma preocupação mais voltada para as questões atinentes às perspectivas legalistas, muito importantes para o currículo, mas que devem ser interligadas por um sentido teórico e prático com a vida escolar e com o currículo da atuação dessas futuras/as pedagogas/os.

Foram encontradas ainda sete matrizes curriculares das Instituições que não disponibilizaram os PPCs e observamos que todas oferecem disciplinas com estudos relacionados ao campo do currículo, conforme tabela a seguir:

Quadro 6 – Análise das matrizes curriculares do curso de Pedagogia

Instituição	Disciplina	Carga horária
Anhanguera	Currículo e inovações	Ausente
Estácio Brasília	Currículo escolar	Ausente
UniBrasília Sul	Currículos e programas educacionais	90h
Apogeu	Currículo escolar	Ausente
Fabras	Currículo, planejamento e avaliação	Ausente
ICESP	Currículo escolar e programas	60h
Horizonte	Currículo, planejamento e avaliação nos anos iniciais do EF	60h
	Currículos e diversidade	60h
	Iniciação científica em Pedagogia II- BNCC	60h

Fonte: Elaborado pelos autores

Não foi possível, todavia, realizar a análise dos referenciais bibliográficos adotados pelas Instituições, em virtude da negativa na devolutiva dos e-mails que solicitavam os PPCs e ou ementas das respectivas disciplinas. Mas, ao examinarmos as matrizes curriculares, pudemos perceber o quanto os estudos referentes ao campo do currículo estavam presentes nos fluxogramas curriculares de todos os cursos e sendo de oferta obrigatória, o que demonstra, ao menos no nível prescrito, que as instituições aparentam preocupação em ofertar o estudo do currículo.

Não olvidamos em compreender outras dimensões desse dado, tais quais: o perfil de quem ministra o componente curricular, a forma como é ofertado (presencial ou em plataformas virtuais), as possíveis relações da disciplina com as teorias e práticas cotidianas da docência. Contudo, a limitação imposta pelo escasso acesso a alguns dados nos impedem, em parte, de elaborar mais algumas sínteses sobre o assunto. Porém, a nossa trilha investigativa procura exatamente provocar outros novos olhares que possam desvendar e provocar nessas instituições

a relevância que precisa ser dada ao currículo e, até mesmo, aos outros fundamentos centrais que formam a pedagogia como sendo verdadeiramente a ciência da prática educativa.

Das seis Instituições analisadas, apenas duas delimitaram os estudos ao currículo com a disciplina Currículo Escolar. E em todas as demais instituições os estudos tencionavam-se ao currículo e outras temáticas. Essa constatação comprova, ao menos no nível prescrito (SACRISTÁN, 2000), a preocupação das instituições em oferecer a disciplina de caráter obrigatória.

Considerações finais

Defender o *status* científico da pedagogia ainda nos parece pertinente e insistiremos nesse assunto, sempre que nos parecer que ecoam vozes na direção oposta, seja por meio de nossas atuações políticas na forma de aulas, palestras ou escritas acadêmicas como esta, porque, como pudemos observar nos documentos analisados das instituições, o espaço reservado para os estudos curriculares tem sido cada vez mais mitigado, e, em se tratando de um campo de disputas políticas, ideológicas e culturais, como é o caso do currículo, onde se definem, por exemplo, o que se ensina, para quem, por que e como, negligenciar os estudos, os autores, a tradição que cerca as escolas teóricas é negar e fragilizar a própria natureza científica das licenciaturas.

A possibilidade da inovação tão necessária para reforçar a re (elaboração) de políticas curriculares de formação e atuação mais ligadas às realidades locais, mas que não se desconectem com o nacional e com o global, desde que, as autorias e identidades de cada instituição de ensino (tanto a que forma o/a futuro/a professor/a quanto a que irá receber) sejam pautadas pelos princípios democráticos dos fazeres curriculares. Elaborar documentos curriculares e/ou re (elaborar) prescrições já construídas demanda formação específica, mas também, instigam novas possibilidades de práticas pedagógicas centradas na emancipação e na aquisição de saberes verdadeiramente emancipatórios e significativos, tanto para quem re (criou) o currículo, tanto para quem irá vivenciá-lo.

Com relação às reformas educacionais recentes, tais como Base Nacional Comum Curricular (2017) e, em especial, a BNCFP (2019), o protagonismo docente enquanto cientista do campo educacional pode ser reduzido ou, até mesmo, mitigado, em virtude dos pressupostos propostos para a formação inicial dos docentes que prioriza a formação prática em detrimento da teórica, e um esvaziamento de conteúdo atendendo aos interesses do capital, fator que

necessita ser repensado, tendo em vista uma aproximação formativa semelhante aos moldes tecnicistas.

Sobre a nossa investigação, destacamos que, no que diz respeito ao Estado da Arte, percebemos que a temática precisa ser aprofundada, visto que há um número reduzido de publicações sobre Políticas Curriculares na Formação Inicial de Pedagogos(as) com o olhar voltado para o currículo que forma futuros professores. Também percebemos que a BNCF tem alterado o curso da formação docente, muitas vezes, sem clarificar o real papel do currículo nessa formação, desconsiderando os avanços educacionais já obtidos em outros documentos implementados anteriormente.

Os estudos curriculares estiveram minimamente presentes nos currículos prescritos das Instituições pesquisadas, mas não foi possível perceber como foi feita a *modelagem curricular* (SACRISTÁN, 2000) pelos docentes, ao menos nas sete Instituições que não disponibilizaram os PPC's e nem as ementas das disciplinas.

Notamos também que a maioria das ofertas, pela própria nomenclatura, não aponta uma autonomia do campo dos estudos curriculares. Constatamos que o estudo do currículo está ligado a outras temáticas, quais sejam: inovação, planejamento, avaliação, diversidade, etc.

Observamos ainda que, nos PPCs analisados, constam referências bibliográficas relativas aos estudos curriculares, mas que elas ficaram reduzidas, em sua maioria, aos autores considerados pós-críticos, os quais enfatizam a construção das identidades dos sujeitos e a luta das “minorias sociais”. Isso tem sido tendência no campo, mas, de certa maneira, pode também impedir que os/as estudantes tenham acesso a outras visões mais críticas, como, por exemplo, as ideias de currículo e sua relação com os conceitos de ideologia e de poder (APPLE, 2006).

Ainda não é possível avaliar os impactos da implementação da BNCFP (2019) nos cursos de Pedagogia, uma vez que a análise documental foi realizada nos PPCs e/ou matrizes curriculares elaboradas frente às determinações da BNCFP de 2015, em que fazia uma justaposição entre teoria e prática na formação docente. A permanência ou ausência dos estudos curriculares nos novos PPCs dos cursos de Pedagogia torna-se uma incógnita, bem como o aporte epistemológico a partir do qual os estudos estarão ancorados.

Por conseguinte, é importante salientar que a maior parte dos professores que atua nas redes de ensino do Distrito Federal, seja pública ou privada, é constituída de profissionais formados por faculdades/universidades privadas. Isso decorre do fato de a oferta de vagas para ingresso nos cursos de Pedagogia ser maior por parte dessas Instituições. Essa realidade revela ser necessária a ampliação da oferta de vagas na Educação Superior Pública. Por fim,

destacamos, mais do que nunca, que somos entusiastas de que toda e qualquer formação profissional que vise à docência deve ser calcada na qualidade, seja ela de natureza pública ou privada.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2006.

BRASIL. **Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC; CNE; CP, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n. 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CADASTRO Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. **Cadastro e-MEC**, 2023. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CRUZ, G. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Formação com Pedagogos Primordiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GATTI, B. A. (org.). **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília, DF: UNESCO, 2019.

LIBÂNEO, J. C. Didática e epistemologia: para além do embate entre didática e as didáticas específicas. In: VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILLA, C. M. (org.). **Profissão docente: Novos sentidos, novas perspectivas**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 716-737, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/GfnkdSkSTRY6TgSPLmYYz8K/?lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2023.

MEDEIROS, E. A.; ARAÚJO, O. H. A.; SANTOS, J. M. C. T. O curso de pedagogia no Brasil: uma análise sobre sua história e identidade (1939 – 2019). **Revista Interfaces Da Educação**, Paranaíba, v. 12, n. 34, p. 561–588, 2022. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5447>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PIMENTA, S. G. (org.). **Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2011.

PUCCI, B. Teoria Crítica e Educação. In: PUCCI, B. (org.). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências**, e35617, p. 1–39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012a.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil: História e Teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012b.

SILVA, F. T. **O ensino de história no currículo dos cursos de pedagogia das instituições privadas do Distrito Federal: caminhos da integração curricular**. 2017. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, F. T. O Lugar Dos Estudos Curriculares Nas Prescrições Legais Para A Formação Inicial De Pedagogos/As No Brasil. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, RN, v. 8, n. 27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3859>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SILVA, F. T.; BORGES, L. F. F. Currículo e ensino de História: um estado do conhecimento no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, p. 1693-1723, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/V6sCTbt5wYVSwdZtJnRB6xd/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2023.

SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (org.). **Territórios Contestados: o Currículo e os Novos Mapas Políticos e Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CReditAuthorStatement

Reconhecimentos: Agradecemos o Apoio do Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional (PPGE) – MP da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB).

Financiamento: Sim, houve financiamento: Edital de Fomento – “Chama Interna – PPGE 02/2022 / Apoio Financeiro a Pesquisador”.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa? Sim e não há necessidade, pela natureza da pesquisa e dos dados coletados de comitê de ética.

Disponibilidade de dados e material: Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso? Estão sim! São documentos virtuais e análises escritas / escaneadas em pdf (caso seja necessário consulta).

Contribuições dos autores: Descrever a contribuição de cada autor na presente obra:

- **Francisco Thiago Silva:** supervisão de coleta de dados do campo, nas análises e interpretação dos dados, na redação e revisão do texto.

- **Afonso Wesley de Medeiros Santos:** coleta e análise dos dados e também na escrita das seções e ainda na revisão.

- **Daniela Pereira dos Santos:** coleta e análise dos dados e também na escrita das seções e ainda na revisão.

- **Mara Rúbia Rodrigues da Cruz:** coleta e análise dos dados e também na escrita das seções e ainda na revisão.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

